

Manaus, domingo, 23, e segunda-feira, 24 de julho de 2000

Reprodução

MAPA DA MINA

# Ibama segue pistas que levam à biopirataria

**ÓRGÃO INVESTIGA DENÚNCIA DE QUE ALEMÃES ESTARIAM MAPEANDO E COLETANDO MATERIAL BOTÂNICO EM RIO PRETO DA EVA**

NILSON BELÉM

Vísceras de peixes, sementes, folhas e cascas de plantas são algumas das espécies botânicas e zoológicas típicas da Amazônia que podem estar sendo levadas para fora do País por pesquisadores e pessoas que, com vistos de turistas e por encontrarem facilidade em entrar e sair do País, estariam coletando este material da flora e da fauna amazônica de forma irregular.

Algumas dessas espécies, com aproveitamento e princípios ativos já comprovados, podem render bilhões de dólares na indústria mundial farmacêutica e de cosméticos. Quem admitiu o problema de biopirataria, que é a retirada ilegal de material genético da biodiversidade, foi o diretor de fiscalização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), José Leland Barroso. Ele informou que o órgão está atento às denúncias que estão começando a ser feitas com frequência ao próprio Ibama e à Superintendência da Polícia Federal (PF).

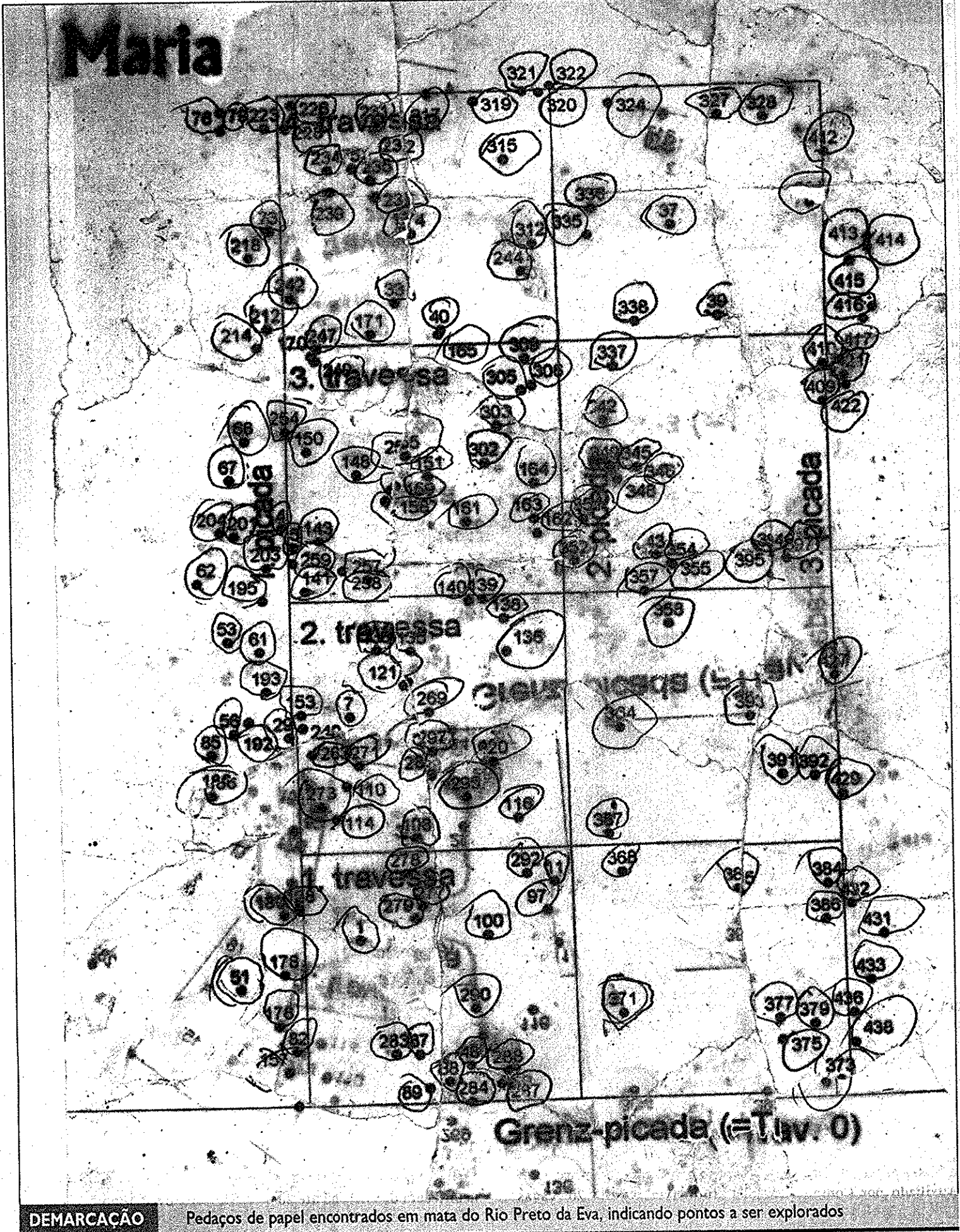
Uma das denúncias dá conta do trabalho de mapeamento e coleta de material botânico, como folhas e cascas de árvores, feito por uma equipe de alemães na comunidade de Nova Jerusalém, na área rural do Município

de Rio Preto da Eva (a 80 quilômetros de Manaus).

Leland informou que o órgão tem pelos menos seis casos já configurados como biopirataria, mas admitiu a complexidade com relação à legislação, que em sua opinião continua muito vaga e não define o que é biopirataria. De acordo com ele, a fiscalização é muito difícil de ser feita justamente pela falta de uma definição sobre a legislação e pela extensão da região Amazônica.

"Antes, todos os pesquisadores que trabalhavam na região eram estrangeiros e levavam o que queriam. Hoje, com a questão polêmica envolvendo a biopirataria, estamos tentando colocar um basta na situação", salientou Leland. "Mas o que se vê agora são os biocorsários, que eram os piratas do rei", completa, fazendo uma referência à ação de pesquisadores e de "turistas", que se aproveitaram dos convênios de cooperação científica e da facilidade com que os estrangeiros encontram em entrar e sair do País para contrabandear material genético animal e botânico destinado, principalmente, à fabricação de produtos da indústria farmacológica fora do Brasil.

O diretor de fiscalização do Ibama diz que hoje qualquer material, seja ele botânico ou zoológico, coletado na região e que se destina à pesquisa, principalmente por parte de pesquisadores estrangeiros, precisa preencher alguns critérios, como saber quais as espécies, de onde vieram, a área de onde foram retiradas, quando foram coletadas ou capturadas, qual sua destinação e a sua movimentação. "Tem que ser um projeto completo, caso contrário não sai", enfatiza Leland. "E só sai o que não pode se tornar produto de uso na indústria far-



macológica", completa.

Nesse contexto, Leland informa que o Ibama e a Polícia Federal estão atentos e que, juntos, já efetuaram as prisões de estrangeiros que estavam prontos para levar para fora do País espécies

como plantas, peixes, aranhas, besouros e formigas.

Em contrapartida ao problema da legislação e da fiscalização, Leland diz que o Governo não pode abrir mão do fato de que na Amazônia está a maior

biodiversidade do mundo. "Se eles têm laboratório e tecnologia de ponta e nós temos a matéria-prima, por que não unimos forças e fazemos a divisão justa disso?", questiona. "Não concordamos com o fato de que a indús-

tria farmacológica pode movimentar bilhões de dólares com a exploração da matéria-prima da região e o Estado, o País e a até a comunidade indígena de onde ela foi retirada não receba nada disso", enfatiza.

**PLANTAS MEDICINAIS**

## Cipó Timbó e Sucuba na mira

O suposto caso de biopirataria que está começando a ser investigado pelo Ibama e a PF estaria ocorrendo numa extensa área demarcada na comunidade Nova Jerusalém, no ramal do Alto Rio, no Município de Rio Preto da Eva, onde já foram mapeados, demarcados e até retirados,

segundo informou uma fonte que preferiu não se identificar, amostras de cerca de 400 espécies vegetais, a maioria com princípios ativos medicinais já comprovados. Na área mapeada encontram-se espécies botânicas como Saracuramirá, Japacanga, Cipó Timbó e a Sucuba, todos com princípio ativos de uso medicinais já comprovados em tratamento de casos inflamatórios, reumáticos e de problemas gástricos, entre outros. A fonte, que é também pesquisador,

estranhou o fato de um estrangeiro mapear e coletar espécies de plantas, cujos princípios ativos já foram testados e comprovados em remédios caseiros em tratamentos de diversos casos de doenças. Em função da suspeita, foi feita uma denúncia à Delegacia de Crimes Ambientais da PF que, por sua vez, a repassou ao Ibama que já iniciou as investigações. "Já estamos de olho no trabalho em Rio Preto e vamos começar a trabalhar em cima do caso", disse Leland.

## Pesquisa deve obedecer regras

O Governo publicou no dia 29 de junho uma medida provisória que estabelece regras para a pesquisa e exploração comercial de novas substâncias de plantas e animais. A iniciativa é uma reação ao polêmico contrato assinado entre a empresa Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma AG, que prevê o envio de dez mil bactérias e fungos da Amazônia ao laboratório suíço. O acordo foi suspenso e o Governo resolveu

preencher a lacuna legal que expõe o Brasil à biopirataria.

A Bioamazônia é uma sociedade civil que tem contrato de gestão com o Governo. Mas muitos setores, mesmo oficiais, consideraram que a diretoria provisória da empresa extrapolou seus poderes ao assinar o contrato que está sendo revisto por uma comissão. A Novartis também ganharia o direito de patentear as descobertas para futura

exploração comercial.

A medida provisória cria um conselho interministerial que vai decidir sobre as principais questões da área. Instituições de pesquisa biológica e universidades brasileiras poderão ter acesso autorizado aos bancos de dados de patrimônio genético, que serão montados. Instituições estrangeiras só terão acesso à material para pesquisa mediante convênio com órgãos nacionais.

## 'Estudos para doutorado'

O estudante Christopher Gering, da Universidade de Bon (Alemanha), disse que é o pesquisador responsável pelo trabalho feito na comunidade Nova Jerusalém, que ele alegou fazer parte de uma tese de doutorado e que tem como finalidade estudar o melhor aproveitamento dos solos de cultivos usados em roças e capoeiras na Amazônia.

Gering informou que a pesquisa é totalmente legal e faz parte do programa SHIFT (Estudos dos Impactos Humanos sobre Florestas e Várzeas nos Trópicos). O programa, segundo a assessoria da Embrapa, é o resultado de uma cooperação teuto-brasileira de pesquisa e desenvolvimento científico através do acordo de cooperação em pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico assinado pelos governos da Alemanha e do Brasil.

O estudante alemão afirmou, ainda, que seu trabalho não se restringe apenas à comunidade Nova Jerusalém, mas em outras 25 diferentes áreas. "São nove áreas em Rio Preto e o restante no assentamento do Vatun, em Presidente Figueiredo, onde faço o mapeamento botânico das espécies que fazem parte da metodologia usada na minha tese de doutorado", disse.